

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora
Lei Orçamentária Anual

SIGLA	ÓRGÃO	TITULAR	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
PROCON JF	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquia integrante da Administração Indireta • Executor e regulador do Sist. Munic. de Proteção e Defesa do Consumidor – SMDC (Lei nº 9184 de 30/12/97) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC • Dotado de autonomia administrativa, técnica e financeira e de patrimônio próprio. • Vinculado a SDS • Compõe, juntamente com a FUNALFA e MAPRO, o nível de Implementação Descentralizada das Políticas Setoriais da SDS 	<ul style="list-style-type: none"> • Eduardo César Schroder e Braga • Superintendente • Ordenador de Despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência • Conselho de Administração de Política de Proteção e Defesa do Consumidor • Assessoria de Programação e Acompanhamento; • Assessoria Jurídica; • Secretaria Executiva • Departamentos de: <ul style="list-style-type: none"> - Orientação e Solução de Demandas do Consumidor; - Apuração de Práticas Infrativas; - Estudos, Pesquisas e Projetos; • Departamento de Execução Instrumental
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001 • Lei nº 10.001, de 08 de maio de 2001 • Decreto nº 7.254, de 04 de janeiro de 2002 • Lei nº 10.589, de 21 de novembro de 2003 • Decreto nº 8.281, de 02 de julho de 2004 • Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005 • Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008 		

▣ Atribuições

▣ Planejar, coordenar, regular e executar a política municipal de proteção e defesa do consumidor, atendidas as diretrizes da Política Estadual e Nacional das Relações de Consumo e da Administração Central;

▣ Prestar aos consumidores orientação sobre seus direitos;

▣ Receber, analisar e encaminhar reclamações, consultas, denúncias e sugestões de consumidores, prestando orientação sobre seus direitos e divulgá-los em diferentes meios de comunicação e por publicações, inclusive por meio da promoção de programas educativos, estudos e pesquisas;

▣ Prestar serviços de orientação aos fornecedores de produtos e aos fornecedores de serviços quanto ao cumprimento das normas de proteção e defesa do consumidor;

▣ Fomentar a criação e o desenvolvimento de entidades civis de defesa do consumidor, bem como fiscalizar a execução das leis de defesa do consumidor e aplicar as respectivas sanções administrativas cabíveis;

▣ Analisar produtos e inspecionar a execução de serviços, diretamente ou por meio de terceiros contratados, nos termos da legislação em vigor, e divulgar os resultados;

▣ Desenvolver e estruturar, em conjunto com os municípios da Zona da Mata e Vertentes, atividades regionais de políticas de proteção e defesa do consumidor;

▣ Realizar todos os atos necessários para a correta e adequada elaboração, implementação e acompanhamento das políticas de proteção e defesa do consumidor.